

NESTA EDIÇÃO

Fórum SPED apresenta integração dos sistemas EFD REINF e FGTS, 2

CVM prorroga prazo para envio de Informe de Governança Corporativa, 2

CVM fará supervisão da indicação de administradores em estatais, 2

IBREI convidará membro da COJUR para presidir Comissão de Mercado de Capitais, 2

Receita Federal tem projeto para unificar PIS e Cofins, 2

eSocial: nova fase, novas regras, novo leiaute, 3

Notas S&C, 4

Eletrobras é a terceira companhia a aderir ao Programa Destaque em Governança de Estatais

Semana no Congresso, 4

Calendário do Conselho Diretor/Diretoria 2018, 5

Expediente

Sistema de Informação Abrasca às Companhias Abertas - SIA & CIA é editado pela Associação Brasileira das Companhias Abertas, São Paulo: Av. Brig. Luis Antônio, 2504 - Conj 151 - CEP 01402-000 - tel e fax (11) 3107-5557; Rio de Janeiro: Rua da Conceição, 105 - Salas 1304 e 1305 - CEP 20051-011 - tel (21) 2223-3656 - www.abrasca.org.br - abrasca@abrasca.org.br

Alfried Karl Plöger - Presidente do Conselho Diretor; Frederico Carlos Gerdau Johannpeter - 1º Vice-Presidente; José Salim Mattar Junior - 2º Vice-Presidente; Maurício Perez Botelho -

3º Vice-Presidente; Antonio D. C. Castro, Guilherme Setubal Souza e Silva, Henry Sztutman, João Roberto Massoco Júnior, Luiz Serafim Spínola Santos, Maria Isabel Bocater, Morvan Figueiredo Paula e Silva, Paulo Cezar Aragão - Diretores.

Eduardo Lucano da Ponte - Presidente Executivo; Ivanildi Lustosa de Sousa Augusto - Supervisora Financeira

É permitida a transcrição das matérias, desde que citada a fonte. Solicita-se a remessa de um exemplar da publicação.

Fórum SPED apresenta integração dos sistemas EFD REINF e FGTS

No dia 13 de março, a Receita Federal do Brasil (RFB) realizou o Fórum SPED sobre o eSocial e a EFD REINF, no Serpro de Belo Horizonte, onde foi apresentada a integração entre os sistemas EFD REINF, da RFB, e FGTS, da Caixa Econômica Federal.

A **Abrasca** participou do evento através de seus representantes: Wellington Fonseca, do Grupo JSL, e Suellen Cupertino, da PwC.

Acesse a apresentação da RFB, feita no Fórum: <http://bit.ly/2pkh1eL>.

Pockets EPC Abrasca: ATUALIZA SPED

Essa e todas as últimas informações sobre o projeto da Receita Federal do Brasil (RFB) e os esclarecimentos das principais dúvidas das empresas de grande porte para o envio correto das informações dos sistemas EFD REINF, eSocial e DCTFWeb, Bloco K, ECD e ECF serão debatidos nos seminários Pockets ATUALIZA SPED que será realizado no dia 25 de abril, no Espaço FIT em São Paulo pela EPC **Abrasca**.

Antecedendo os debates, teremos reuniões com os representantes das companhias associadas da **Abrasca** para levantamento de dúvidas que serão esclarecidas nos seminários.

Os Pockets contarão com o debate entre os executivos das empresas de grande porte que estão diretamente envolvidos no processo de implementação interna dos sistemas. Além de contarmos também com os representantes da **Abrasca** e de outras entidades no Grupo de Trabalho do SPED da Receita Federal do Brasil.

Para maiores informações: www.abrasca.org.br/eventos/epc/.

CVM prorroga prazo para envio de Informe de Governança Corporativa

Desenvolvimento de plataforma própria ocasionou prorrogação no prazo de entrega do documento

A CVM divulgou a informação de que o prazo final para envio do Informe sobre o Código Brasileiro de Governança Corporativa – Companhias Abertas foi prorrogado para 31 de outubro de 2018.

O envio será através de plataforma própria, que hospedará as informações no Sistema ENET.

A plataforma, desenvolvida e implementada pela B3, será concluída até o final de agosto deste ano. Dessa forma, a disponibilização não ocorrerá em tempo hábil para que as companhias abertas cumpram o prazo definido no parágrafo 1º do art. 29-A, da Instrução CVM 480.

A prorrogação no prazo de entrega considerou a ocorrência de treinamentos, que serão realizados pela B3.

CVM fará supervisão da indicação de administradores em estatais

Em 2018, a autarquia pretende se dedicar mais ao combate da influência política na indicação de conselheiros e diretores das companhias estatais. Caio Figueiredo, analista da gerência de acompanhamento às empresas da CVM, argumenta em reportagem do jornal Valor Econômico do dia 09 de março que o tema foi bastante discutido pelo noticiário nos últimos anos devido a casos de corrupção.

A Superintendência de Relações com Empresas (SEP) pede também mais transparência e detalhamento sobre políticas de integridade. As empresas ficam obrigadas a divulgar seus mecanismos adotados para combater desvios e fraudes praticados contra a administração pública.

Nilza Maria Oliveira, gerente de acompanhamento de empresas da CVM, afirma que a intenção da autarquia é “que as companhias falem para o mercado como elas se blindam contra essas práticas de corrupção, especialmente por conta dos casos ocorridos nos dois últimos anos”.

Sobre a divulgação da remuneração de executivos, Nilza afirma que foi detectada nos estatutos das companhias uma remuneração bastante descolada da situação financeira.

A autarquia quer evitar particularmente que empresas em situação de declínio pratiquem remuneração em ascensão. Acrescentou: “vamos fiscalizar a consistência sobre isso”. O quadro de remuneração paga aos administradores faz parte da divulgação de informações periódicas das companhias abertas.

IBREI convidará membro da COJUR para presidir Comissão de Mercado de Capitais

O presidente do IBREI – Instituto Brasileiro de Relações Empresariais Internacionais, Maurício Prazak, e a vice-presidente, Ana Paula Castro, reuniram-se com o presidente executivo da Abrasca, Eduardo Lucano, para tratar do desenvolvimento da Comissão de Mercado de Capitais do Instituto. Foi decidido que o IBREI convidará para presidente da Comissão um participante da COJUR, Comissão Jurídica da **Abrasca**, com o objetivo de promover sinergias entre o trabalho das duas entidades.

As primeiras missões da Comissão do IBREI sob a nova presidência serão:

a) elaboração de uma manifestação aos presidentes tratando de diversos pontos, entre os quais o Mercado de Capitais; e

b) iniciar articulações para promover entendimentos entre entidades nacionais de representantes de emissores de valores mobiliários de diversos países.

Receita Federal tem projeto para unificar PIS e Cofins

A Receita Federal quer unificar o Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). Ela tem um projeto pronto que ainda deverá ser aprovado pelo Executivo antes de ser encaminhado ao Congresso. A intenção, de acordo com o secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, é simplificar a tributação.

PIS e Cofins são contribuições federais que incidem sobre a receita bruta auferida pela pessoa jurídica. Incidem tanto sobre o faturamento ou o auferimento de receitas para pessoas jurídicas de direito privado; sobre o pagamento da folha de salários para entidades de relevância social determinadas em lei; e sobre a arrecadação mensal de receitas correntes e o recebimento mensal de recursos para entidades de direito público.

Atualmente, conforme explica Rachid, as contribuições permitem acumulação de crédito de forma diferente, dependendo do setor. “Se compro um refrigerador, ele tem crédito no processo produtivo. Se compro no escritório, não tem. A ideia é que tudo que você comprar vai ser crédito. Pagou x esse é o valor que vai creditar”, disse. “Isso gera litigiosidade grande”, pondera.

Unificação das duas contribuições será feita em etapas

A unificação das duas contribuições será feita em etapas. Ambas equivalem a quase 4% do Produto Interno Bruto (PIB – a soma de todas as riquezas produzidas no país). O primeiro a ser modificado é o PIS, que equivale a quase 1% do PIB

Muda modelo, testa a alíquota. Uma vez trabalhado isso, teríamos o segundo movimento de adequar a Cofins para ser semelhante. Neste momento, será possível proceder a unificação”. Ainda não há a previsão de quanto tempo seria necessário para a unificação.

O secretário explica que a alíquota poderá ser alterada, mas que não haverá aumento de encargos: “Vou aumentar a carga? Não. Vamos simplificar o modelo”, garante.

Para Jorge Rachid, a Receita tem um projeto pronto que aguarda a apresentação formal ao Ministério da Fazenda e à Presidência da República. Aprovado, será encaminhado ao Congresso Nacional para votação.

“Eu entendo que seria satisfatório, a exemplo do que ocorre na Europa, termos poucas alíquotas. Acho que temos que levar nosso sistema tributário para um sistema que o mundo conheça. Não posso falar para um investidor que quer investir no Brasil e me pergunta quanto paga de Previdência que isso depende do produto”, diz. E acrescenta: “Isso é errado”.

A simplificação tributária – com a reforma do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) – é um dos 15 pontos que o governo destacou como prioridade do ponto de vista fiscal e econômico, após o adiamento da votação da reforma da Previdência.

Fonte: Agência Brasil

eSocial: nova fase, novas regras, novo leiaute

O Comitê Gestor do eSocial publicou a Resolução nº 13, de 6 de março de 2018, aprovando as versões 2.4.02 do leiaute do eSocial e 2.4 do Manual de Orientação do eSocial, disponíveis na área de Documentação Técnica do portal.

A versão 2.4.02 do leiaute acompanha um controle de alterações da versão. Já a versão 2.4 do MOS, comparando com a versão beta, publicada desde o final de 2017, faz alterações no item “Prazo de envio” dos eventos “S-2190 – Admissão de empregado – Registro Preliminar”, “S-2200 – Cadastramento inicial e admissão/Ingresso de trabalhador” e “S-2300 – Trabalhador sem vínculo – Início”, esclarecendo sobre o envio dos eventos referentes ao cadastramento inicial dos trabalhadores. Outra alteração é a eliminação da alínea b do item 47 do evento “S-2200 – Cadastramento inicial e admissão/Ingresso de trabalhador”.

O Comitê Gestor esclarece que as admissões ocorridas a partir do início da obrigatoriedade de envio dos eventos não periódicos têm de ser informadas até o dia anterior ao do início da prestação de serviços pelo empregado.

Essa segunda fase integra a etapa inicial de implantação do eSocial destinada aos grandes empregadores do país. Ao todo, estão incluídas neste primeiro grande grupo mais de 14,4 mil empresas e 15 milhões de trabalhadores. Essa primeira etapa foi dividida em cinco fases, distribuída entre os meses de janeiro, março – que acontece a partir de agora – maio e julho deste ano e janeiro de 2019, nas quais as grandes empresas do país deverão gradativamente incluir suas informações no eSocial.

Os grandes empregadores deverão enviar os dados de seus trabalhadores – também conhecidos como eventos não periódicos – nos prazos definidos no Manual de Orientação do eSocial (MOS) para cada evento. É importante destacar que os empregadores que não observarem o prazo para o envio de cada ciclo de informações não conseguirão incluir os dados dos novos ciclos, já que as etapas iniciais são pré-requisitos para inclusão das informações nas fases seguintes. Além disso, as empresas que não observarem os prazos ficarão sujeitas a penalidades e multas.

É importante destacar que os empregadores que não observarem o prazo para

o envio de cada ciclo de informações não conseguirão incluir os dados dos novos ciclos, já que as etapas iniciais são pré-requisitos para inclusão das informações nas fases seguintes. Além disso, as empresas que não observarem os prazos ficarão sujeitas a penalidades e multas.

O Comitê Gestor do eSocial destaca que, depois de concluída a primeira fase – em que os dados cadastrais dos empregadores passaram a integrar a base do eSocial – começa nesta quinta-feira uma etapa fundamental para o projeto. A partir de agora, o eSocial passa, de fato, a contar com os vínculos trabalhistas em sua base. “Hoje, nós estamos nesta fase de construção deste grande sistema, mas quando tivermos a base completa, entraremos na fase de desoneração em que dispensaremos o setor empresarial de diversas obrigações que hoje são exigidas desse público. O ganho de produtividade para o país será imenso”, enfatiza.

Além dos avanços que traz ao setor produtivo – por meio da redução de burocracia e do ganho de produtividade – o eSocial trará benefícios importantes à classe trabalhadora já que será capaz de assegurar de forma mais efetiva o acesso aos direitos trabalhistas e previdenciários. Com o eSocial plenamente implementado, o histórico trabalhista de cada trabalhador estará vinculado ao seu CPF no sistema, garantindo mais transparência e segurança jurídica para patrões e empregados.

Próximas etapas

A partir do próximo mês de julho, o eSocial dá início a segunda etapa de implantação do programa destinada a todos os demais empregadores privados do país, incluindo micro e pequenas empresas e MEIs. Para este segundo grupo, o processo de incorporação ao programa também se dará de forma escalonada entre os meses de julho, setembro e novembro de 2018 e janeiro de 2019. Já para os empregadores públicos, o processo de implantação ao eSocial começa em janeiro de 2019 e segue até o mês de julho do ano que vem.

Quando totalmente em operação, o eSocial representará a substituição de até 15 prestações de informações ao governo – como GFIP, RAIS, CAGED e DIRF – por apenas uma, reduzindo, na prática, custos, processos e o tempo gastos hoje pelo setor produtivo com o cumprimento de obrigações fiscais, trabalhistas e previdenciárias com o poder público.

Veja mais em: <https://goo.gl/DrUi9U>.

Fonte: Portal eSocial

Notas S&C

Elektrobras é a terceira companhia a aderir ao Programa Destaque em Governança de Estatais

A Elektrobras celebrou dia 14 de março sua adesão ao Programa Destaque em Governança de Estatais, uma iniciativa da B3, em evento realizado em São Paulo. Com a inclusão, a companhia se junta a Petrobras e ao Banco do Brasil, que também aderiram ao programa da B3 no ano passado. O programa foi criado com o objetivo de incentivar companhias estatais a aprimorarem suas práticas e estruturas de governança.

Semana no Congresso

Segue a pauta das atividades legislativas da Câmara e do Senado selecionada pelo associado **Cescon, Barriou, Flesch & Barreto Advogados** para a semana de **19 a 23 de março de 2018**:

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Plenário

O Plenário da Câmara dos Deputados pautou para esta semana, entre outras, a seguinte proposição legislativa:

- **Abertura para Capital Estrangeiro nas Cias. Aéreas.** Está na pauta do Plenário da Câmara dos Deputados o Requerimento nº 7.109/2017, que solicita urgência na análise do Projeto de Lei nº 2.724/2015, o qual permite a elevação da participação do capital estrangeiro com direito a voto nas empresas de transporte aéreo.

Comissões

Comissão Especial do Projeto de Lei nº 1.292/1995 – Licitações

- **Audiência Pública. Licitações.** A Comissão Especial realiza em 20 de março, às 14h30min, audiência pública para tratar do Projeto de Lei nº 6.814/2017 que estabelece normas gerais de licitações e contratos administrativos no âmbito da administração direta e indireta. Foram convidados os senhores Dyogo Oliveira (ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão), Tarcísio Gomes de Freitas (secretário de Coordenação de Projetos da Secretaria Espe-

cial do Programa de Parceiras de Investimentos), Halpher Luiggi Mônico Rosa (diretor executivo do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes – DNIT), Paulo Ziulkoski (presidente da Confederação Nacional de Municípios – CNM), Jonas Donizette (presidente da Frente Nacional dos Prefeitos – FNP) e a senhora Livânia Maria da Silva Farias (presidente do Conselho Nacional de Secretários de Estado da Administração – CONSAD). **Acesse em:** <https://goo.gl/Es3qKC>.

SENADO FEDERAL

Plenário

O Plenário do Senado Federal pautou para esta semana, entre outros, o seguinte tema:

- **Micro e Pequenas Empresas. Regime Unificado de Tributação.** O Plenário do Senado Federal discutirá, em turno único, o Projeto de Lei do Senado nº 5/2015 que altera o Estatuto da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte para modificar o enquadramento no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições das atividades de prestação de serviço de representação comercial e demais atividades de intermediação de negócios e serviços de terceiros. **Acesse em:** <https://goo.gl/Gd4MQh>.

Comissões

Comissão de Assuntos Econômicos (“CAE”)

- **Audiência Pública. Spread Bancário.** A CAE realiza em 20 de março, às 10 horas, audiência pública para debater novos caminhos para redução dos spreads bancários (custos e margens da intermediação financeira). Foram convidados os senhores Augusto Lins (presidente da Associação Brasileira de Instituições de Pagamentos – ABIPAG), Raphael Guarilha (chefe de Inovação da Stone), Ênio Meinen (representante da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB), Paulo Solmucci (presidente da União Nacional de Entidades do Comércio e Serviços – UNECS) e a senhora Ana Carla Abrão (consultoria Olyver Wyman).

Comissão Mista da Medida Provisória nº 815/2017 – (“CMMPV 815/2017”)

- **Fundo de Participação dos Municípios.** A CMMPV realiza em 20 de

março, às 15 horas, reunião deliberativa para apreciar o relatório do senador Antonio Anastasia (PSDB-MG) na Medida Provisória 815/2017, que autoriza União a transferir aos entes federativos que recebem o Fundo de Participação dos Municípios - FPM, no exercício de 2018, o valor de R\$ 2 bilhões, com o objetivo de superar dificuldades financeiras emergenciais. **Acesse em:** <https://goo.gl/DU6oXC>.

Comissão Mista da Medida Provisória nº 810/2017 – (“CMMPV 810/2017”)

- **Audiência Pública. Incentivos ao Setor de Informática e Automação. Comércio Internacional.** A CMMPV realiza em 20 de março, às 15 horas, audiência pública para debater a Medida Provisória nº 810/2017 que altera a Lei da Informática Nacional, e a Lei nº 8.387/1991 (Lei da Informática da Suframa). Foram convidados o senhor Luiz Carneiro (diretor de relações governamentais da Motorola Mobility) e representantes do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (ABNEE), Datacom e Ericsson Brasil.

Audiência Pública. Incentivos ao Setor de Informática e Automação. Comércio Internacional.

A CMMPV realiza em 21 de março, às 14h30min, audiência pública para debater a Medida Provisória nº 810/2017 que altera a Lei da Informática Nacional, e a Lei nº 8.387/1991 (Lei da Informática da Suframa). Foram convidados representantes do Ministério das Relações Exteriores – MRE, Tribunal de Contas da União – TCU, Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União e Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee). **Acesse em:** <https://goo.gl/QyeH6i>.

Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (“CCJ”)

A CCJ realiza em 21 de março, às 10 horas, reunião deliberativa em que foram pautados, entre outros, os seguintes projetos:

- **Processo Civil. Prazo em Dias Úteis.** O Projeto de Lei do Senado nº 36/2018 acrescenta art. 12-A à Lei dos Juizados Especiais Cíveis e Criminais para estabelecer que na contagem de prazo para a prática de qualquer ato processual, inclusive para a interposição

de recursos, serão computados somente os dias úteis. A relatora desse projeto é a senadora Simone Tebet (PMDB-MS). **Acesse em:** <https://goo.gl/BzE7tp>.

• **Licitação. Remuneração Variável.** O Projeto de Lei do Senado nº 319/2017 altera a Lei de Licitações para possibilitar a remuneração variável do contratado com base em desempenho. O relator desse projeto é senador. Antonio Anastasia (PSDB-MG). **Acesse em:** <https://goo.gl/wiuA2a>.

Comissão Mista da Medida Provisória nº 811/2017 – (“CMMPV 811/2017”)

• **Comercialização de Hidrocarbonetos pela PPSA.** A CMMPV realiza em 21 de março, às 15 horas, audiência pública para debater a Medida Provisória nº 811/2017 que retira vedação para que a Pré-Sal Petróleo S.A. possa atuar diretamente na comercialização de petróleo, gás natural e outros hidrocarbonetos, preferencialmente na modalidade leilão. Foram convidados representantes da Secretaria de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do Ministério de Minas e Energia (MME), Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) e Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). **Acesse em:** <https://goo.gl/WHNcw1>.

Comissão Especial do Projeto de Lei do Senado nº 487/2013 – Reforma do Código Comercial

• **Audiência Pública. Código Comercial.** A Comissão Especial realiza audiência pública em 21 de março, às 14h30min para debater os temas: “Simplificação e Desburocratização da Empresa” e “A Duplicata Eletrônica”. Foram convidados os senhores Rodrigo Monteiro de Castro (professor de direito comercial da Universidade Presbiteriana Mackenzie) e Paulo Marcos Rodrigues Brancher (docente em direito comercial pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo).

NOVOS PROJETOS DE LEI

Seguem abaixo as novas proposições legislativas protocoladas no Congresso Nacional na semana passada e que são de interesse ao ambiente empresarial.

Câmara dos Deputados

• **Telecomunicações.** O Projeto de Lei nº 9.757/2018 dispõe sobre a obrigatoriedade das empresas concessionárias de serviço telefônico, provedores de serviços de internet e operadoras de TV por assinatura, estenderem os benefícios de novas promoções aos clientes preexistentes em igualdade de condições aos novos clientes. **Acesse em:** <https://goo.gl/MW18DT>.

• **Licitação.** O Projeto de Lei nº 9.790/2018 altera a Lei de Licitações, para estabelecer preferência no desempate em processo licitatório para empresa que comprove mitigação

à mudança do clima. **Acesse em:** <https://goo.gl/r3hHFH>.

• **Transferência de Recursos.** Obras Públicas. O Projeto de Lei Complementar nº 482/2018 altera a Lei de Responsabilidade Fiscal para estabelecer regra de transferência de recursos para Estados, Distrito Federal e Municípios para a realização de obras públicas e projetos de engenharia. **Acesse em:** <https://goo.gl/zY1Vmk>.

• **Prescrição e Decadência. Crédito Tributário.** O Projeto de Lei Complementar nº 484/2018 altera o Código Tributário Nacional para reduzir o prazo decadencial e prescricional do crédito tributário. **Acesse em:** <https://goo.gl/49YiCd>.

Senado Federal

• **Empreendedorismo Feminino.** O Projeto de Lei do Senado nº 106/2018 apresenta medidas de apoio ao empreendedorismo feminino. **Acesse em:** <https://goo.gl/UAaini>.

• **Licitação. Iluminação Pública.** O Projeto de Lei do Senado nº 111/2018 altera a Lei de Licitações para dispensar de licitação, pelo prazo de cinco anos, a contratação de concessionária ou permissionária de distribuição de energia elétrica na prestação do serviço de iluminação pública. **Acesse em:** <https://goo.gl/bnq1Rt>.

Calendário do Conselho Diretor/Diretoria 2018

Evento	Data	Local
Reunião do Conselho Diretor/AGO	03/05/18	São Paulo
Reunião da Diretoria	07/06/18	São Paulo
Reunião da Diretoria	26/07/18	Rio de Janeiro
Reunião do Conselho Diretor	30/08/18	São Paulo
Reunião da Diretoria	04/10/18	São Paulo
Reunião do Conselho Diretor	29/11/18	São Paulo